

O Contexto Econômico e Ambiental do Cacau 2026





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zaluth Barbalho

Governador do Estado do Pará



FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS (FAPESPA)

Marcel do Nascimento Botelho

Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves

Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza

Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias

Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão da Informação

Luziane Cravo Silva

Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri

Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari

Diretor de Operações Técnicas

Diocélia do Socorro Pereira Nery da Costa

Diretora de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Publicação Oficial:

© 2026 Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas — Fapespa

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Elaboração, edição e distribuição:

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas — Fapespa

Endereço: Av. Presidente Vargas, 670.

Bairro: Campina – Belém – PA, CEP: 66.017-000.

Disponível em: www.fapespa.pa.gov.br

Diretor-Presidente

Marcel do Nascimento Botelho

Diretor de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural - DIEPSAC

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza

Coordenador de Estudos Econômicos e Análise Conjuntural - CEEAC

Marcelo Santos Chaves

Coordenadora de Estudos Sociais - CES

Jessica Aline Duarte Lopes

Elaboração Técnica

Marcelo Santos Chaves

Marcilio da Silva Matos

Raimundo Victor Oliveira Santos

Revisão Técnica

Elisandro Ribeiro da Costa

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da produção do cacau, Brasil (1988 –2024)	8
Gráfico 2 – Evolução da participação do Pará na produção nacional de cacau (2000 –2024)	9
Gráfico 3 – Evolução da taxa de produtividade do cacau, Pará (2000 –2024).....	11
Gráfico 4 – Evolução do valor da produção do cacau, Brasil (1994 –2024)	12
Gráfico 5 – Evolução da participação do Pará no valor da produção nacional de cacau (2000 –2024)	13
Gráfico 6 – Evolução do crédito rural destinado ao cacau e sua participação no crédito agrícola total, Pará (2013 –2025)	14
Gráfico 7 – Distribuição (%) do crédito rural ao cacau por linha de financiamento, Pará (2013 e 2025).....	15
Gráfico 8 – Distribuição (%) do crédito rural ao cacau por finalidade, Pará (2013 e 2025)	16
Gráfico 9 – Evolução da quantidade exportada de cacau bruto em toneladas pelo Brasil e a participação (%) nacional do Pará (1998–2025)	18
Gráfico 10 – Evolução do valor exportado de cacau bruto em US\$ pelo Brasil e a participação (%) do Pará (1998–2025)	19
Gráfico 11 – Evolução do preço de exportação do cacau bruto (US\$/kg), BR (Sem o Pará) x PA (1998–2025)	20
Gráfico 12 – Evolução do preço de exportação do cacau bruto (US\$/kg), Costa do Marfim X Gana x Brasil (2008–2025)	21
Gráfico 13 – Evolução do número de estabelecimentos de produção de cacau – BR x PA (1986 – 1996–2006 –2017 –2025)	23
Gráfico 14 – Evolução do número de empregos formais na produção de cacau – PA x BR (2010– 2024).....	24
Gráfico 15 – Evolução da área total em hectares reflorestada pela espécie cacau e seu percentual em relação ao total de área de cacau BR (2000–2024)	26
Gráfico 16 – Evolução do percentual de área total reflorestada pela espécie cacau em relação ao total destinado à lavoura permanente – Pará (2000–2024)	27
Gráfico 17 – Evolução da quantidade total de toneladas de CO2 capturado pelo cacau cultivado – Pará (2000–2024)	28

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Variação e participação das cinco unidades federativas com maior produção de cacau, Brasil (2023–2024).....	9
Tabela 2 – Ranking dos dez municípios com maior produção de cacau, Brasil (2023–2024)	10
Tabela 3 – Variação e participação das quatro unidades federativas com maior valor de produção do cacau, Brasil (2023–2024)	12
Tabela 4 – Panorama mundial da produção de cacau (2024)	17
Tabela 5 – Variação e participação dos principais países de destino do cacau bruto paraense, segundo quantidade exportada em toneladas (2024–2025)	22
Tabela 6 – Variação e participação dos principais continentes de destino do cacau bruto paraense, segundo quantidade exportada em toneladas (2024–2025)	22
Tabela 7 – Empregos diretos e indiretos existentes na cadeia produtiva do cacau – Pará x BR (2024)	25
Tabela 8 – Lista dos municípios com VBP do cacau acima da média, Pará (2024).....	31
Tabela 9 – Ranking da concentração espacial do cacau, Pará (2015 e 2024)	33

SUMÁRIO

1. Introdução	7
2. Produção do cacau	7
3. Crédito rural	13
4. Comercialização externa	16
5. Negócios e emprego	23
5.1 Empreendimentos	23
5.2 Mercado de trabalho	24
6. Meio ambiente	25
6.1 Reflorestamento	25
6.2 Sequestro de carbono (CO ₂)	27
7. Modelagem: concentração espacial e especialização produtiva do cacau	28
7.1 Metodologia	29
7.2 Mensuração da concentração espacial do cacau no Pará	32
8. Conclusões	33
Referências	34

NOTA TÉCNICA: O CONTEXTO ECONÔMICO E AMBIENTAL DO CACAU 2026

1. Introdução

A cadeia produtiva do cacau ocupa posição estratégica na economia agropecuária paraense, reunindo dimensões produtivas, financeiras, comerciais, territoriais, sociais e ambientais que ajudam a explicar a crescente centralidade do estado no cenário nacional. A análise de seus indicadores permite compreender não apenas a evolução da cultura em termos de volume e geração de valor, mas também os mecanismos que sustentam sua expansão recente, como a ampliação do crédito rural, o fortalecimento das exportações e a capacidade de geração de empregos diretos e indiretos. Ao mesmo tempo, a atividade revela forte conexão com temas contemporâneos ligados à sustentabilidade, como o reflorestamento de áreas antropizadas e a captura de carbono, reforçando o papel do cacau como cultura de relevância econômica e ambiental.

No caso do Pará, essa importância torna-se ainda mais evidente diante da consolidação do estado como principal polo da cacauicultura brasileira, tanto em participação na produção quanto no valor gerado. Esse movimento não resulta apenas do crescimento físico da atividade, mas também de transformações estruturais na organização territorial da produção, na distribuição do financiamento, na inserção comercial e na especialização de municípios-chave. Assim, a leitura integrada desses elementos oferece um panorama mais amplo sobre a dinâmica recente do setor, evidenciando seus fatores de competitividade e suas vulnerabilidades.

Este texto tem como objetivo apresentar uma visão abrangente da cadeia do cacau no Pará, abordando sua base produtiva, o comportamento do crédito rural, a comercialização externa, os negócios e o emprego, os efeitos ambientais associados à atividade e a concentração espacial da produção no território paraense. Ao reunir essas diferentes dimensões, busca-se oferecer uma interpretação articulada sobre a evolução da cultura, destacando sua relevância para o desenvolvimento regional e seu potencial estratégico no contexto da economia amazônica e brasileira.

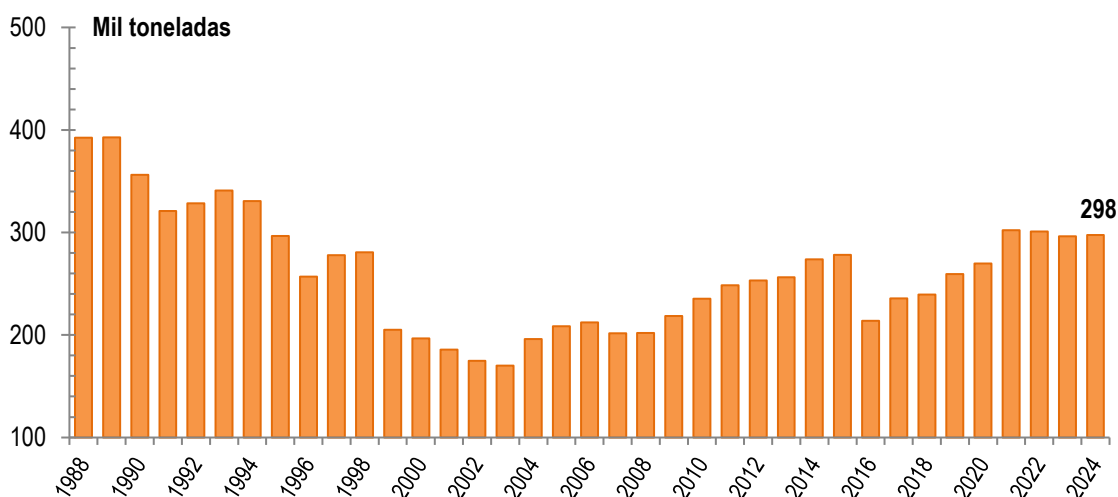
2. Produção do cacau

A análise da base produtiva do cacau permite avaliar a trajetória estrutural da cultura no Brasil e, em especial, no Pará, considerando a evolução da produção, da participação nacional, da produtividade física e do valor da produção em termos reais. A observação integrada desses

indicadores possibilita identificar a direção do movimento da atividade, bem como o posicionamento relativo do estado no contexto nacional.

A evolução da produção brasileira entre 1988 e 2024 evidencia retração ao longo das décadas de 1990 e início dos anos 2000, seguida por recuperação gradual e posterior estabilização em patamar inferior ao observado no final dos anos 1980. Após volumes superiores a 390 mil toneladas naquele período, a produção nacional reduziu-se de forma significativa, passando a oscilar, nos anos mais recentes, em torno de 290 a 300 mil toneladas. Esse comportamento indica recomposição parcial da oferta, sem retorno ao nível histórico máximo (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Evolução da produção do cacau, Brasil (1988–2024)



Fonte: IBGE, 2026.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2026.

Na comparação entre 2023 e 2024, a produção nacional apresentou variação positiva moderada. O Pará respondeu por, aproximadamente, 46,2% da produção brasileira em 2024, enquanto a Bahia concentrou cerca de 46,1%, de modo que, conjuntamente, os dois estados representaram, aproximadamente, 92,3% do volume nacional. Apesar da elevada participação, o Pará registrou redução de 0,7% na produção no período, não contribuindo positivamente para a expansão agregada do país. O maior impacto positivo, em termos absolutos, decorreu do desempenho de Rondônia, cujo crescimento de 72,5% contribuiu de forma mais efetiva para o aumento do volume nacional (Tabela 1).

Tabela 1 – Variação e participação das cinco unidades federativas com maior produção de cacau, Brasil (2023–2024)

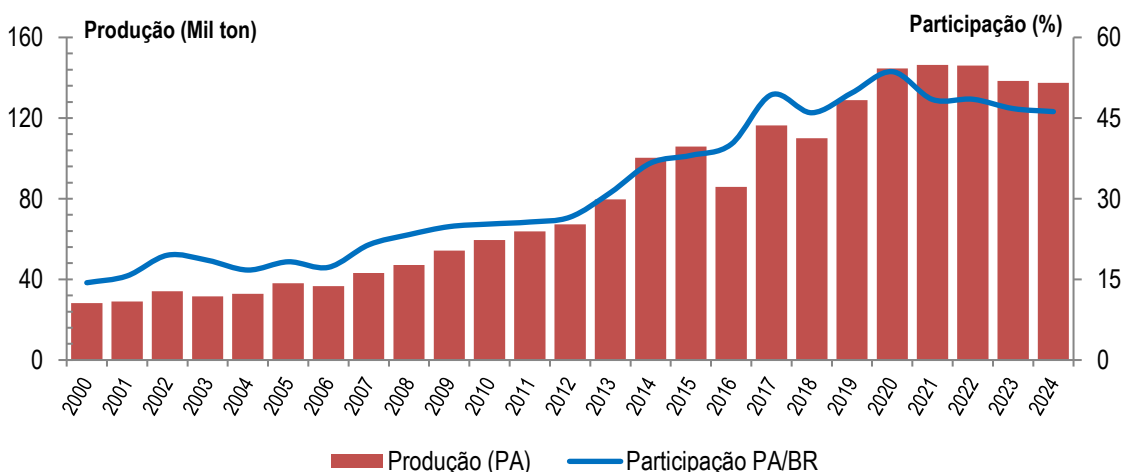
BR/UFs	Mil toneladas		Var. (%) 2024/2023	Part. (%) 2024
	2023	2024		
Brasil	296,1	297,5	0,5	100,0
Pará	138,5	137,5	-0,7	46,2
Bahia	139,0	137,0	-1,4	46,1
Espírito Santo	12,2	12,2	-0,1	4,1
Rondônia	5,1	8,7	72,5	2,9
Amazonas	0,6	0,8	36,0	0,3
Demais municípios	0,8	1,4	0,5	0,5

Fonte: IBGE, 2026.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2026.

A evolução da proporção da produção paraense no total nacional entre 2000 e 2024 revela mudança estrutural relevante. No início da série, o estado respondia por cerca de 14,4% da produção brasileira. Ao longo do período, essa participação ampliou-se de forma contínua, alcançando, aproximadamente, 46,2% em 2024. Esse avanço reflete tanto a expansão absoluta da produção estadual quanto a redução relativa da participação de outras regiões tradicionais, consolidando o Pará como principal produtor do país (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Evolução da participação do Pará na produção nacional de cacau (2000–2024)



Fonte: IBGE, 2026.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2026.

No ranking dos principais municípios produtores, observa-se predominância de municípios paraenses nas primeiras posições, evidenciando elevada concentração territorial da atividade. Entre os três municípios com maior participação relativa — Medicilândia, Uruará e Placas —

apenas Placas apresentou crescimento da produção entre 2023 e 2024, com variação positiva de 0,7%. Medicilândia registrou retração de 7,2%, enquanto Uruará apresentou redução de 9,2% no período.

O maior crescimento percentual entre os municípios analisados foi observado em Novo Repartimento, com expansão de 24%. Contudo, o maior impacto positivo, em termos absolutos, sobre a produção nacional decorreu do conjunto dos demais municípios não incluídos entre os dez maiores produtores, que apresentaram crescimento de 3,4%. Esse resultado indica que a variação recente da produção esteve mais associada à dinâmica disseminada entre municípios fora do núcleo principal do ranking do que aos maiores polos tradicionais (Tabela 2).

Tabela 2 – Ranking dos dez municípios com maior produção de cacau, Brasil (2023–2024)

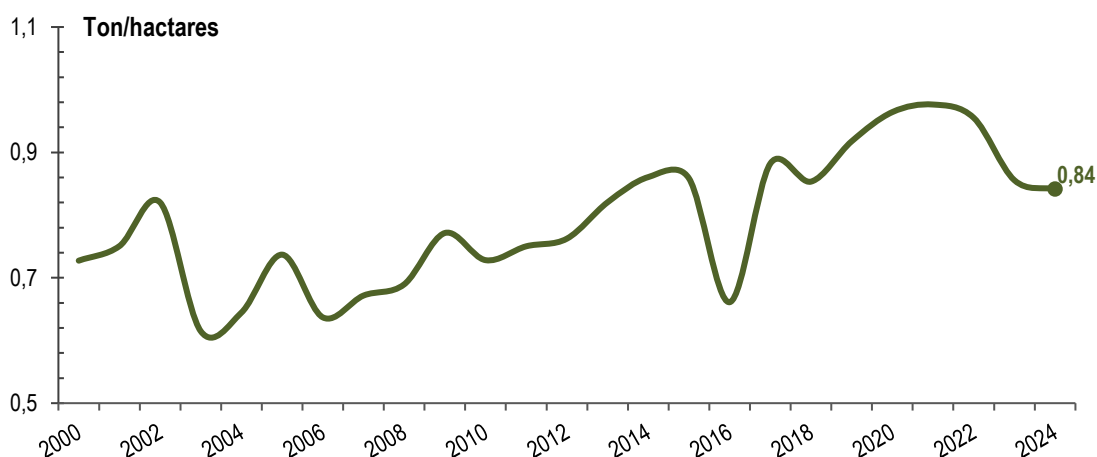
Ranking	BR/UFs	Mil toneladas		Var. (%)	Part. (%)
		2023	2024	2024/2023	2024
	Brasil	296,1	297,5	0,5	100,0
1º	Medicilândia (PA)	44,2	41,0	-7,2	13,8
2º	Uruará (PA)	21,3	19,3	-9,2	6,5
3º	Placas (PA)	12,8	12,9	0,7	4,3
4º	Ilhéus (BA)	9,0	8,9	-1,2	3,0
5º	Wenceslau Guimarães (BA)	8,8	8,5	-3,1	2,9
6º	Ibirapitanga (BA)	8,7	8,4	-3,0	2,8
7º	Linhares (ES)	8,3	8,3	0,0	2,8
8º	Anapu (PA)	7,2	8,2	15,3	2,8
9º	Novo Repartimento (PA)	5,4	6,7	24,0	2,2
10º	Altamira (PA)	7,3	6,5	-10,5	2,2
-	Demais Municípios	163,4	168,8	3,4	56,8

Fonte: IBGE, 2026.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2026.

A trajetória da produtividade do cacau no Pará, medida em toneladas por hectare entre 2000 e 2024, evidencia tendência de elevação no longo prazo. O rendimento médio saiu de um patamar inferior a 0,75 tonelada por hectare no início da série para um nível superior a 0,84 tonelada por hectare em 2024. Apesar de oscilações pontuais nos anos mais recentes, o patamar atual permanece acima da média observada no início dos anos 2000, indicando ganhos técnicos associados a melhorias no manejo, à adoção tecnológica e à renovação de áreas produtivas (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Evolução da taxa de produtividade do cacau, Pará (2000–2024)



Fonte: IBGE, 2026.

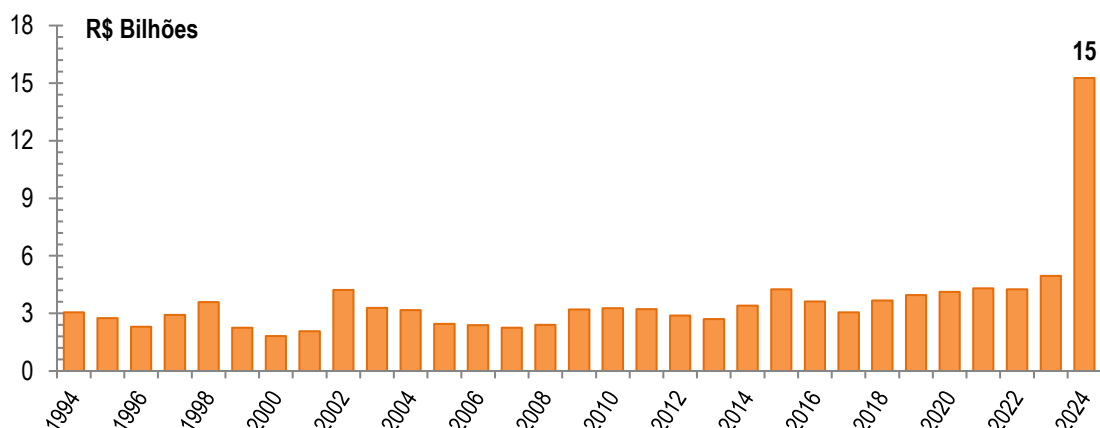
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2026.

A evolução do valor da produção de cacau no Brasil, corrigido pelo IGP-DI, demonstra crescimento expressivo ao longo da série, com destaque para a forte expansão observada entre 2023 e 2024. Nesse intervalo, o valor real da produção nacional aumentou 208,3%, configurando uma variação excepcionalmente elevada.

Esse desempenho esteve associado, predominantemente, a um choque na oferta no mercado internacional na safra 2023/2024, marcado pela redução da produção nos principais países da África Ocidental e pelo consequente déficit global de oferta, conforme relatórios da ICCO (2024). O desequilíbrio entre oferta e demanda elevou substancialmente as cotações externas ao longo de 2024, com rápida transmissão para o mercado interno.

Como o volume produzido no Brasil não apresentou expansão proporcional, o aumento do VBP decorreu majoritariamente de efeito-preço, refletindo a valorização excepcional da commodity no cenário global e seu impacto direto sobre a renda gerada pela cultura (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Evolução do valor da produção do cacau, Brasil (1994–2024)



Fonte: IBGE, 2026.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2026. Nota: Valores corrigidos pelo IGP-DI, a preços de dez/2024.

Na comparação entre 2023 e 2024, o valor real da produção apresentou crescimento nas principais unidades federativas produtoras. O Pará respondeu por cerca de 50,6% do valor total nacional em 2024, enquanto a Bahia concentrou cerca de 42,7%, de modo que, conjuntamente, os dois estados representaram, aproximadamente, 93,3% do valor da produção brasileira.

No caso do Pará, destaca-se crescimento expressivo do valor da produção, mesmo diante da redução de 0,7% no volume físico produzido. Esse comportamento indica que a elevação dos preços foi determinante para a ampliação da renda estadual, reforçando a relevância econômica do estado na cadeia cacaujeira (Tabela 3).

Tabela 3 – Variação e participação das quatro unidades federativas com maior valor de produção do cacau, Brasil (2023–2024)

BR/UFs	Bilhões de reais		Var. (%) 2024/2023	Part. (%) 2024
	2023	2024		
Brasil	5,0	15,3	208,3	100,0
Pará	2,1	7,7	259,3	50,6
Bahia	2,5	6,5	158,9	42,7
Espírito Santo	0,2	0,5	174,0	3,6
Rondônia	0,1	0,4	475,1	2,7
Demais UFs	0,0	0,1	369,9	0,5

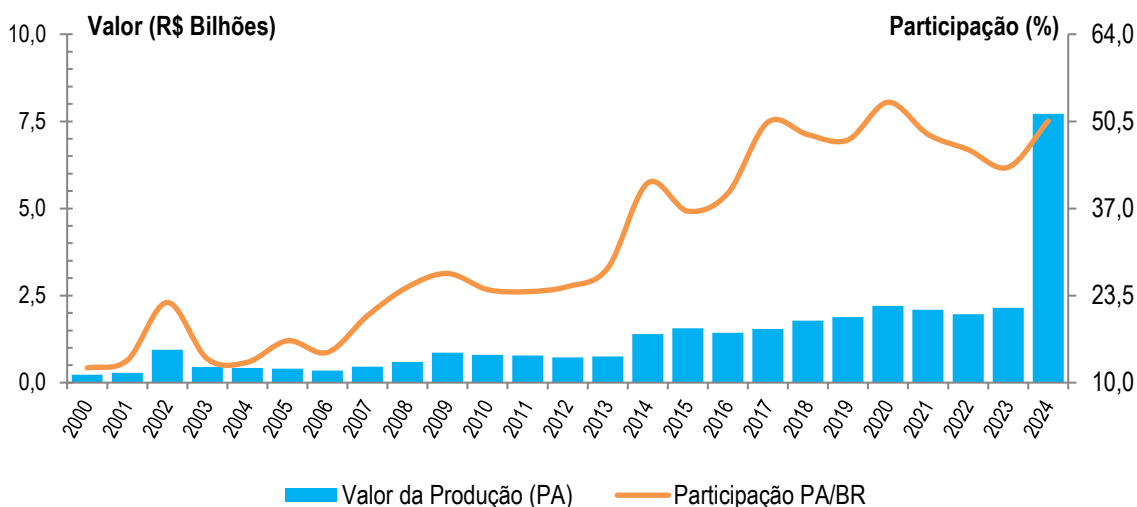
Fonte: IBGE, 2026.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2026.

Nota: Valores corrigidos pelo IGP-DI, a preços de dez/2024.

A evolução da participação do Pará no valor nacional da produção entre 2000 e 2024 confirma tendência consistente de fortalecimento estrutural. Partindo de uma proporção próxima a 12,3% no início dos anos 2000, o estado ampliou progressivamente sua participação até superar 50% do valor nacional em 2024. Esse avanço revela que o crescimento estadual se refletiu de maneira ainda mais intensa na geração de valor do que no volume físico, consolidando sua centralidade econômica na atividade (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Evolução da participação do Pará no valor da produção nacional de cacau (2000–2024)



Fonte: IBGE, 2026.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2026.

Nota: Valores corrigidos pelo IGP-DI, a preços de dez/2024.

Em síntese, a base produtiva do cacau no Pará apresenta trajetória de expansão estrutural, especialmente quando considerada a evolução da participação nacional e do valor gerado. O estado fortaleceu, de forma consistente, a posição no cenário brasileiro, ampliando significativamente sua relevância tanto em volume quanto em valor da produção. Observam-se, também, ganhos de produtividade no longo prazo. A expressiva elevação de 208,3% no valor real da produção nacional entre 2023 e 2024 evidencia momento de forte dinamismo econômico da cultura, impulsionado, principalmente, pela valorização dos preços, com impactos diretos sobre a renda do setor e a consolidação do Pará como principal eixo da produção cacaueira brasileira.

3. Crédito rural

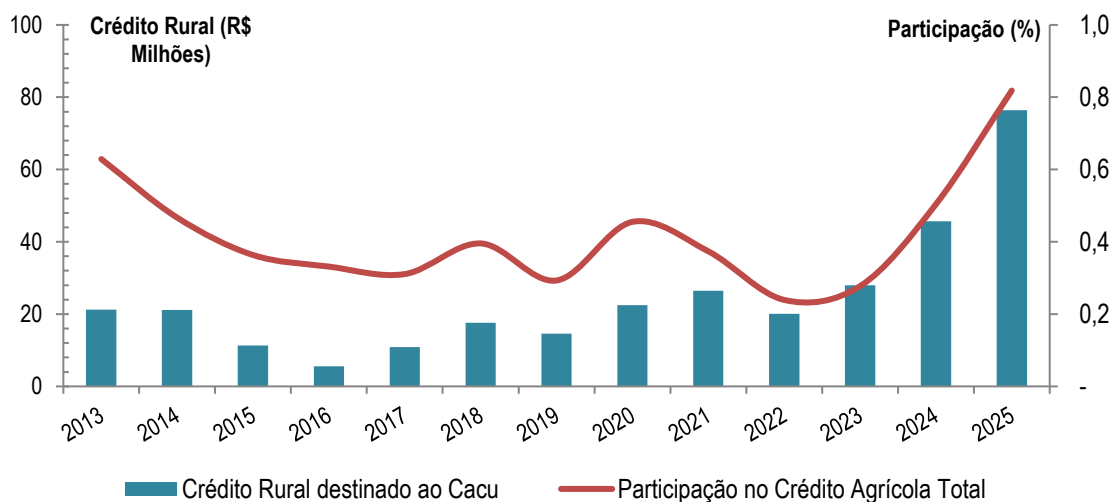
A análise do crédito rural destinado à cultura do cacau no Pará permite avaliar a capacidade de financiamento da atividade ao longo do tempo, bem como sua relevância relativa dentro do crédito agrícola estadual. A observação dos valores corrigidos pelo IGP-DI, da

participação no total da agricultura e da composição por linhas e finalidades possibilita identificar se o padrão recente está associado à expansão estrutural ou à manutenção da atividade.

A evolução do crédito rural destinado ao cacau no Pará, entre 2013 e 2025, evidencia trajetória de crescimento real no período mais recente. Em valores corrigidos pelo IGP-DI, o montante destinado à cultura passou de R\$ 21,2 milhões em 2013 para R\$ 27,9 milhões em 2023, alcançando R\$ 45,6 milhões em 2024 e R\$ 76,4 milhões em 2025. Após oscilações intermediárias — como o recuo para R\$ 14,6 milhões em 2019 e R\$ 20,1 milhões em 2022 — observa-se uma aceleração significativa a partir de 2023, indicando ampliação expressiva dos recursos direcionados à atividade nos anos mais recentes (Gráfico 6).

No que se refere à participação do crédito do cacau no total do crédito rural destinado à agricultura no estado, verifica-se variação ao longo do período. Em 2013, o crédito da cultura representava 0,6% do total agrícola estadual. Essa proporção reduziu-se para 0,2% em 2022 e 0,3% em 2023, sinalizando perda relativa de espaço frente a outras atividades. Contudo, houve elevação para 0,5% em 2024 e 0,8% em 2025, o maior percentual da série, indicando reforço recente da cultura na estrutura do financiamento agrícola estadual (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Evolução do crédito rural destinado ao cacau e sua participação no crédito agrícola total, Pará (2013–2025)



Fonte: BACEN, 2026.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2026.

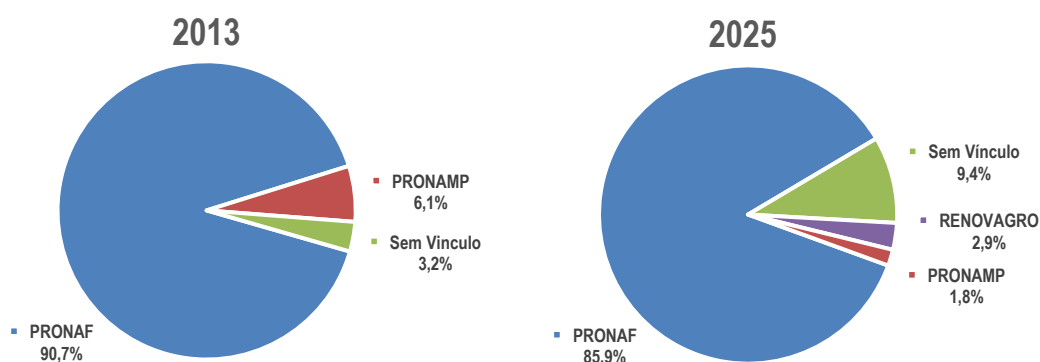
Nota: Valores corrigidos pelo IGP-DI, a preços de dez/2025.

Na composição do crédito por linhas de financiamento, observa-se a predominância expressiva do Pronaf ao longo de todo o período, ainda que com leve redução relativa. Em 2013,

o Pronaf concentrou 90,7% do valor total contratado para o cacau, enquanto o Pronamp respondeu por 6,1% e as linhas sem vínculo específico representaram 3,2%.

Em 2025, o Pronaf manteve elevada participação, com 85,9% do total, seguido pelas linhas sem vínculo, com 9,4%, Renovagro, com 2,9%, e pelo Pronamp, com 1,8%. Essa configuração indica manutenção de um perfil fortemente associado à agricultura familiar, com discreta diversificação das fontes de financiamento nos anos mais recentes (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Distribuição (%) do crédito rural ao cacau por linha de financiamento, Pará (2013 e 2025)



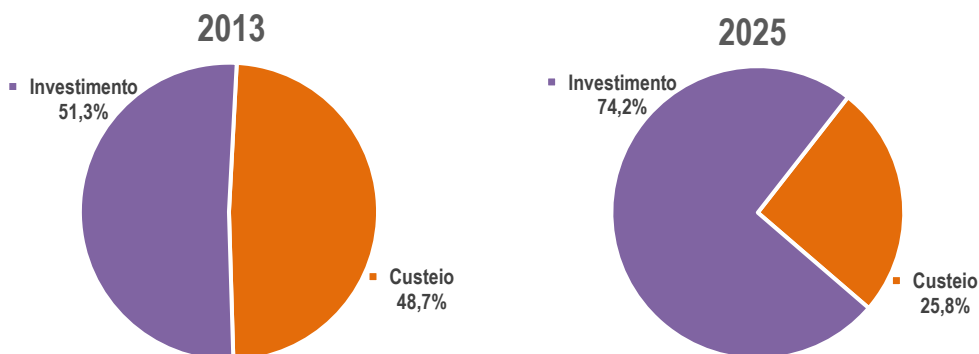
Fonte: BACEN, 2026.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2026.

Quanto à finalidade do crédito, a estrutura apresentou duas modalidades ao longo do período: investimento e custeio, não havendo operações destinadas à comercialização. Em 2013, o investimento representava 51,3% do valor contratado, enquanto o custeio correspondia a 48,7%, revelando distribuição relativamente equilibrada entre manutenção da atividade e ampliação produtiva.

Em 2025, observa-se mudança significativa nessa composição, com os investimentos alcançando 74,2% do total e o custeio reduzindo-se para 25,8%. Esse movimento indica um redirecionamento substancial dos recursos para a expansão, modernização e o fortalecimento da capacidade produtiva da cultura (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Distribuição (%) do crédito rural ao cacau por finalidade, Pará (2013 e 2025)



Fonte: BACEN, 2026.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2026.

Em síntese, o crédito rural destinado ao cacau no Pará apresentou crescimento expressivo em termos reais, especialmente a partir de 2023, alcançando R\$ 76,4 milhões em 2025. Observa-se mudança estrutural na composição interna, com a manutenção da predominância do Pronaf e a ampliação relativa de outras linhas, além do aumento significativo da participação dos investimentos. O padrão recente sugere o fortalecimento da capacidade produtiva da cultura, indo além da simples manutenção do ciclo produtivo.

4. Comercialização externa

Em 2024, a produção mundial de cacau alcançou 5.223.196 toneladas, evidenciando forte concentração geográfica, sobretudo no continente africano. A Costa do Marfim lidera de forma destacada, com 1.890.442 toneladas, o equivalente a 36,2% da oferta global, consolidando-se como principal player do mercado. Em seguida, aparecem a Indonésia (12,1%) e Gana (10,1%), reforçando o protagonismo de países tropicais na cadeia produtiva.

Ainda na África, destacam-se Nigéria (6,7%), Camarões (6,1%) e Serra Leoa (1,8%), o que confirma a centralidade da região na produção mundial. Na América Latina, o Equador ocupa a quarta posição (7,7%), seguido pelo Brasil (5,7%), Peru (3,0%) e Colômbia (1,3%), evidenciando a relevância regional, embora com menor participação relativa quando comparada ao bloco africano. Observa-se, portanto, uma estrutura produtiva altamente concentrada nos principais países produtores, especialmente na Costa do Marfim, enquanto os demais países respondem conjuntamente por 9,2% do total, indicando que a dinâmica do mercado internacional de cacau permanece fortemente dependente de poucos polos produtores (Tabela 4).

Tabela 4 – Panorama mundial da produção de cacau (2024)

Posição	Mundo e países	Produção (toneladas)	Proporção mundial (%)
	Mundo	5.223.196	100
1º	Costa do Marfim	1.890.442	36,2
2º	Indonésia	632.702	12,1
3º	Gana	530.000	10,1
4º	Equador	403.699	7,7
5º	Nigéria	350.000	6,7
6º	Camarões	320.000	6,1
7º	Brasil	297.509	5,7
8º	Peru	157.253	3,0
9º	Serra Leoa	93.750	1,8
10º	Colômbia	67.678	1,3
-	Demais Países	480.164	9,2

Fonte: FAO, 2026.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2026.

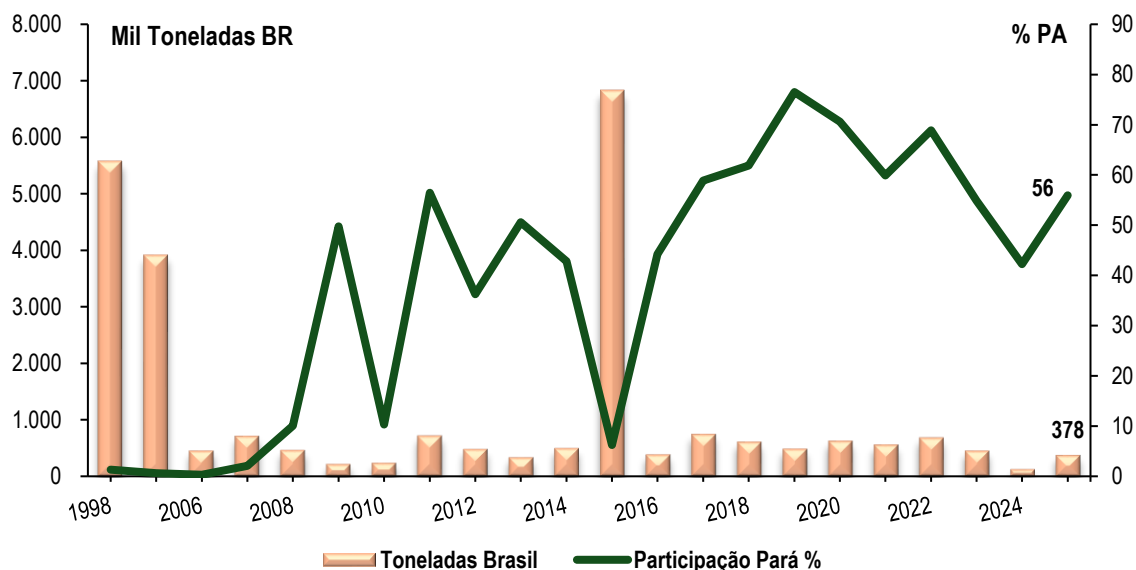
A evolução das exportações brasileiras de cacau bruto revela forte volatilidade, com volumes excepcionalmente elevados no final da década de 1990 (superiores a 5 mil toneladas em 1998 e próximas de 4 mil em 1999), seguidos de uma retração acentuada nos anos 2000, quando os embarques passaram a oscilar em patamares bem inferiores.

Destaca-se um pico atípico em 2015, quando as exportações ultrapassaram 6 mil toneladas, contrastando com os volumes moderados observados na maior parte da série, especialmente entre 2006 e 2014 e, novamente, após 2016, período em que os embarques variaram, em geral, entre cerca de 300 e 800 toneladas anuais.

Paralelamente, a participação do Pará na pauta exportadora apresentou tendência estrutural de crescimento: partindo de percentuais muito baixos no fim dos anos 1990, o estado ampliou progressivamente sua relevância, superando 50% a partir da segunda metade da década de 2010 e alcançando picos próximos de 70%–80% entre 2019 e 2020.

Mesmo com oscilações recentes, a participação paraense mantém-se majoritária até 2025, evidenciando a consolidação do Pará como principal origem do cacau bruto exportado pelo Brasil, em um contexto de elevada instabilidade no volume total embarcado pelo país (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Evolução da quantidade exportada de cacau bruto, em toneladas, pelo Brasil e a participação (%) nacional do Pará (1998–2025)¹



Fonte: ComexStat, 2026.
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2026.

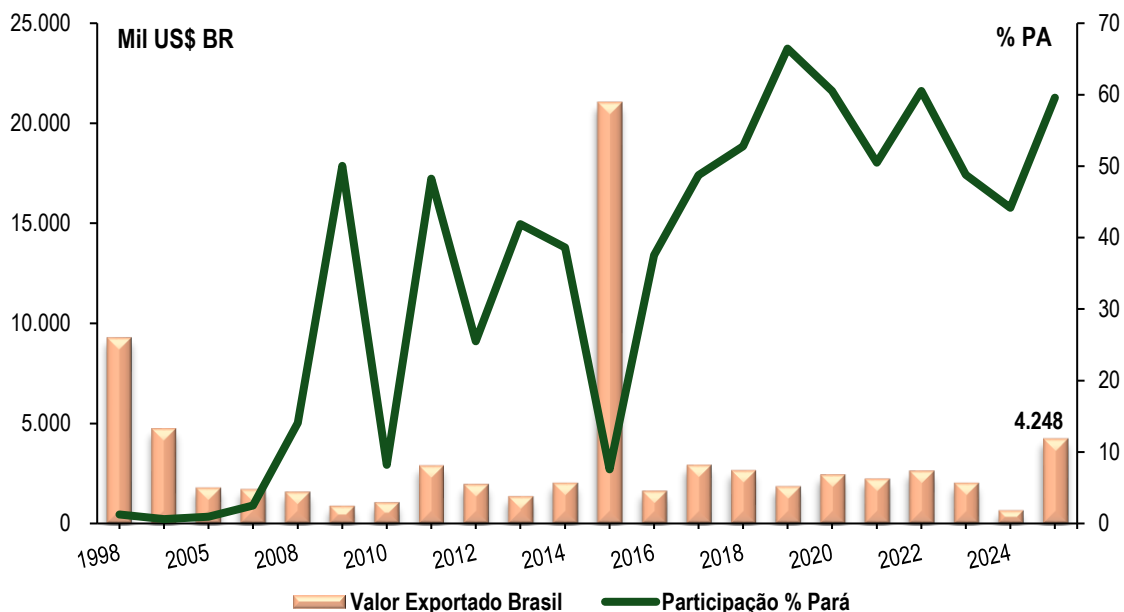
A evolução do valor exportado de cacau bruto pelo Brasil evidencia forte volatilidade, com níveis elevados no fim da década de 1990 (especialmente em 1998), seguidos de retração acentuada nos anos 2000 e de oscilações moderadas ao longo da década seguinte.

O ponto mais expressivo da série ocorre em 2015, quando o valor exportado ultrapassa significativamente os demais anos, superando a marca de US\$ 20 milhões e caracterizando um pico atípico. Após 2016, os valores retornam a patamares intermediários, com variações anuais relativamente estáveis até 2023, queda em 2024 e nova elevação em 2025.

Paralelamente, a participação do Pará apresenta trajetória estrutural de crescimento: partindo de percentuais residuais no final dos anos 1990, o estado amplia progressivamente sua representatividade a partir de 2008, ultrapassa 50% na segunda metade da década de 2010 e atinge picos próximos de 60%–65% entre 2019 e 2020. Apesar de oscilações recentes, o Pará mantém participação majoritária até 2025, consolidando-se como principal origem do valor exportado de cacau bruto no país, em um contexto de elevada instabilidade no desempenho agregado das exportações brasileiras (Gráfico 10).

¹ Na base de dados da ComexStat não há resultados disponíveis para os anos de 1997 e nem do ano 2000 a 2005; por isto, tais anos não aparecem na análise.

Gráfico 10 – Evolução do valor exportado de cacau bruto, em US\$, pelo Brasil e a participação (%) do Pará (1998–2025)²

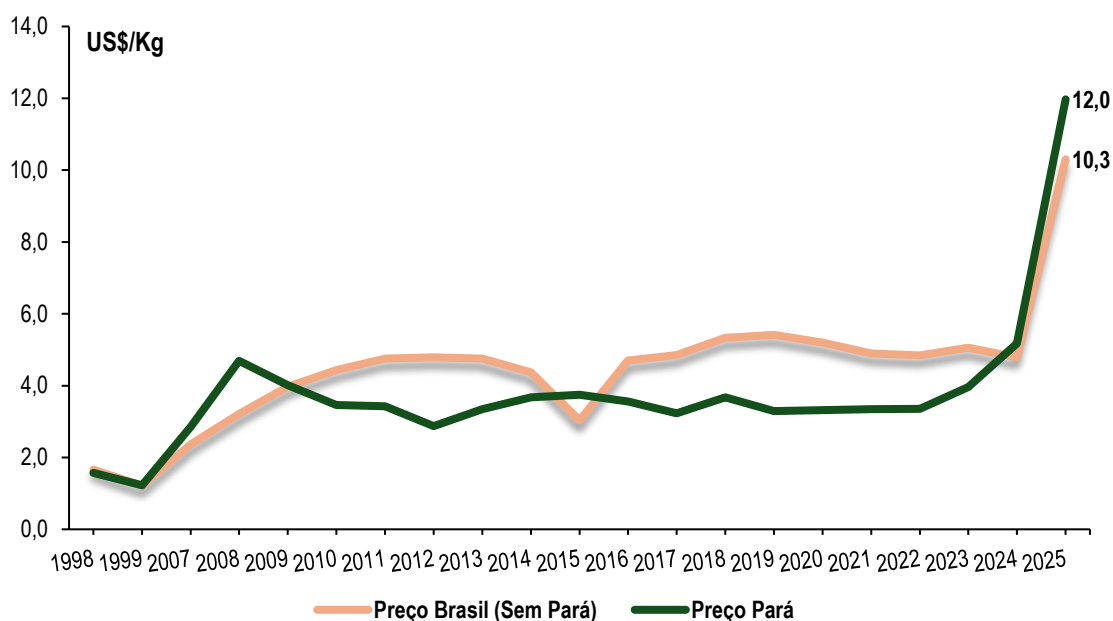


Fonte: ComexStat, 2026.
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2026.

Quanto à evolução do preço de exportação do cacau bruto (US\$/kg), há trajetórias semelhantes entre o Brasil (sem o Pará) e o Pará, com diferenças pontuais ao longo da série. Após níveis baixos no fim dos anos 1990 (em torno de US\$ 1,00–1,50/kg), observa-se forte valorização a partir de 2007, quando ambos ultrapassam a faixa de US\$ 3,00/kg, com o Pará chegando a registrar preços superiores aos do restante do país em 2008–2009. Entre 2011 e 2014, os preços mantêm-se relativamente estáveis, próximos de US\$ 4,00–4,80/kg no Brasil (sem o Pará), enquanto o Pará oscila ligeiramente abaixo ou muito próximo dessa média. Em 2015, há queda mais acentuada, sobretudo no Brasil (sem o Pará), seguida de recuperação gradual até 2019–2020, quando os valores voltam a superar US\$ 5,00/kg. Entre 2021 e 2023, predomina estabilidade moderada, mas, a partir de 2024, ocorre uma inflexão expressiva, culminando em forte disparada em 2025, quando o Pará atinge cerca de US\$ 12,0/kg e o Brasil (sem o Pará), aproximadamente US\$ 10,3/kg. Esse movimento recente indica não apenas um choque de preços no mercado internacional, mas também um diferencial positivo crescente do Pará, sugerindo maior valorização relativa do produto exportado pelo estado no período mais recente (Gráfico 11).

² Na base de dados da ComexStat, não há resultados disponíveis para os anos de 1997, 2000 a 2004 e 2006, por isto tais anos não aparecem na análise.

Gráfico 11 – Evolução do preço de exportação do cacau bruto (US\$/kg), BR (Sem o Pará) x PA (1998–2025)³



Fonte: ComexStat, 2026.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2026.

O preço de exportação do cacau bruto (US\$/kg), entre 2008 e 2025, apresenta comportamentos relativamente similares entre a Costa do Marfim, Gana e o Brasil, com diferenças pontuais ao longo do período. A Costa do Marfim e Gana, reconhecidos como os dois maiores produtores mundiais de cacau, apresentaram preços historicamente ligeiramente inferiores ou próximos aos praticados pelo Brasil até meados da década de 2010, refletindo o grande volume ofertado por esses países no mercado internacional.

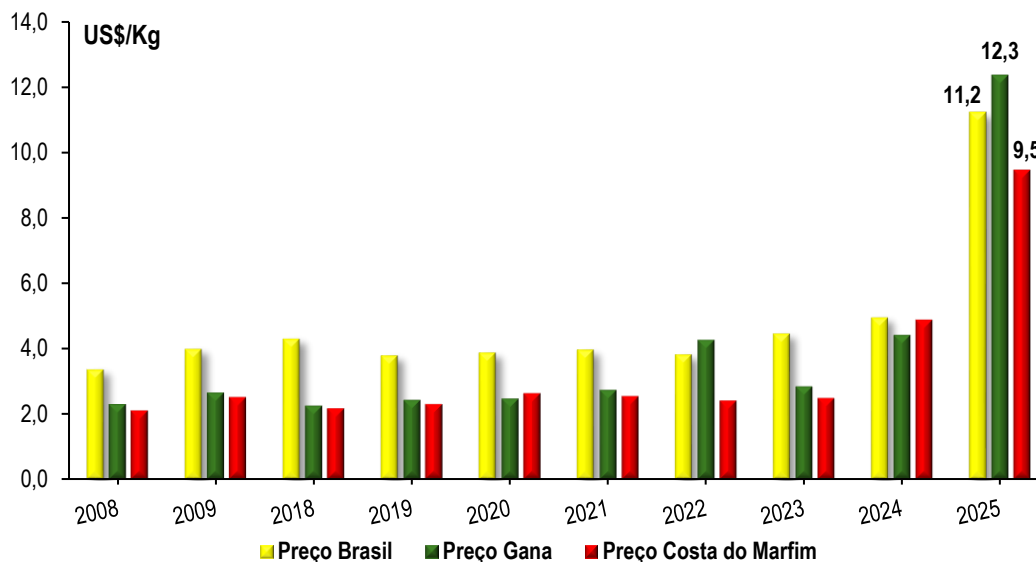
Entre 2008 e 2021, os valores oscilaram majoritariamente, entre US\$ 2,0 e US\$ 4,0/kg, com relativa estabilidade e pequenas variações entre os três exportadores. A partir de 2022 observa-se uma tendência clara de valorização, intensificada em 2024 e culminando em forte disparada em 2025, quando Gana atinge cerca de US\$ 12,3/kg, o Brasil aproximadamente US\$ 11,2/kg e a Costa do Marfim cerca de US\$ 9,5/kg.

Esse movimento recente indica um choque altista no mercado global, afetando inclusive os maiores produtores africanos, e evidencia que, embora liderem em volume, seus preços de

³ Na base de dados da ComexStat, não há dados disponíveis para alguns anos, por isso há intervalos na série.

exportação também respondem às pressões internacionais de oferta e demanda, com diferenças associadas à qualidade, aos contratos e às estratégias comerciais (Gráfico 12).

Gráfico 12 – Evolução do preço de exportação do cacau bruto (US\$/kg), Costa do Marfim X Gana x Brasil (2008–2025)⁴



Fonte: ComexStat, 2026.
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2026.

Entre 2024 e 2025, houve um crescimento extraordinário das exportações, que saltaram de 55,4 para 211,5 toneladas, representando expansão de 281,7%. O Japão consolidou-se como destino dominante, ampliando suas compras de 50,0 para 200,0 toneladas (+300%) e alcançando 94,6% de participação em 2025, o que revela forte concentração da pauta exportadora em um único mercado. A França também apresentou crescimento expressivo (+101,8%), passando de 5,4 para 10,9 toneladas, embora sua participação permaneça relativamente modesta (5,2%). Já o Uruguai surge como novo destino em 2025, com 0,6 tonelada (0,3% de participação). O cenário indica não apenas uma expansão significativa do volume exportado, mas também elevada dependência do mercado japonês, configurando uma estrutura concentrada e potencialmente sensível a oscilações na demanda desse principal comprador (Tabela 5).

⁴ Na base de dados da ComexStat, há uma lacuna de dados, portanto foram utilizados somente os anos de 2008 a 2009 e de 2018 a 2025.

Tabela 5 – Variação e participação dos principais países de destino do cacau bruto paraense, segundo quantidade exportada em toneladas (2024–2025)

UF / País de destino	2024	2025	Var. % (2024/2025)	Part. (%) 2025
Pará	55,4	211,5	281,7	100
Japão	50,0	200,0	300,0	94,6
França	5,4	10,9	101,8	5,2
Uruguai	0	0,6	-	0,3

Fonte: ComexStat, 2026.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2026.

Esse cenário anterior vem acompanhado de elevada concentração geográfica. A Ásia (exclusive o Oriente Médio) consolidou-se como destino predominante, ampliando suas aquisições de 50,0 para 200,0 toneladas (+300%) e atingindo 94,6% de participação em 2025, evidências de dependência quase absoluta desse mercado.

A Europa também registrou crescimento expressivo (+101,8%), passando de 5,4 para 10,9 toneladas, embora sua participação permaneça limitada a 5,2%. Já a América do Sul surge como novo destino em 2025, com 0,6 tonelada (0,3% de participação).

O quadro geral demonstra não apenas expansão significativa do volume exportado, mas também acentuada concentração no mercado asiático, fator que pode ampliar a vulnerabilidade do Pará a eventuais oscilações de demanda nessa região (Tabela 6).

Tabela 6 – Variação e participação dos principais continentes de destino do cacau bruto paraense, segundo quantidade exportada em toneladas (2024–2025)

UF / Destino	2024	2025	Var. % (2024/2025)	Part. (%) 2025
Pará	55,4	211,5	281,7	100
Ásia (Exclusive Oriente Médio)	50,0	200,0	300,0	94,6
Europa	5,4	10,9	101,8	5,2
América do Sul	-	0,6	-	0,3

Fonte: ComexStat, 2026.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2026.

5. Negócios e emprego

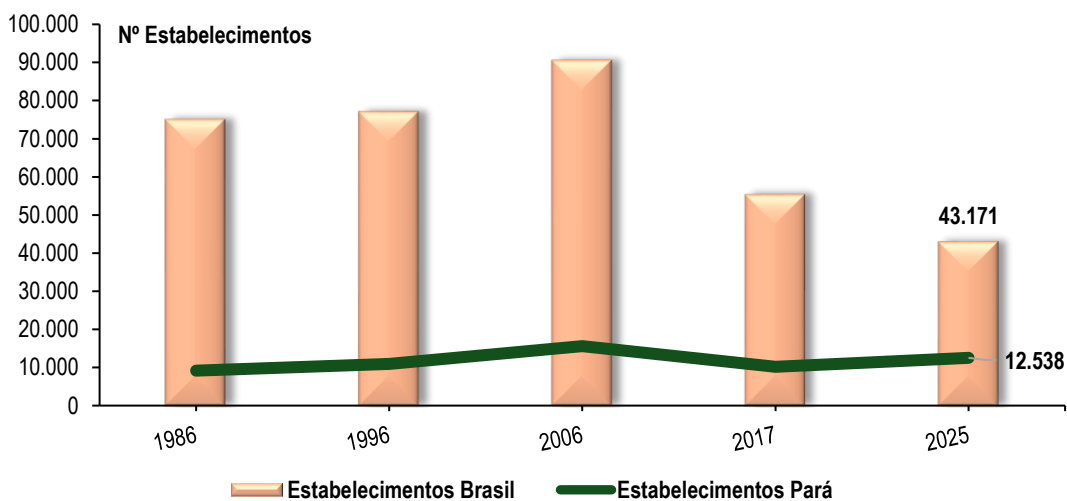
5.1 Empreendimentos

O número de estabelecimentos de produção de cacau no Brasil apresentou crescimento entre 1986 e 2006, saindo de cerca de 75 mil unidades em 1986 para aproximadamente 90 mil em 2006, período de maior expansão, seguido de forte retração em 2017 (cerca de 55 mil) e nova redução em 2025, quando atinge 43.171 unidades. No Pará, a trajetória é semelhante até 2006, com aumento de aproximadamente 9 mil estabelecimentos em 1986 para cerca de 15 mil em 2006, queda em 2017 (em torno de 10 mil) e recuperação parcial em 2025, alcançando 12.538 unidades.

Observa-se, portanto, um movimento de expansão até meados dos anos 2000, retração significativa na década seguinte e, mais recentemente, manutenção de níveis inferiores ao pico histórico, embora o Pará demonstre maior capacidade de recuperação proporcional no período final, em comparação ao cenário nacional (Gráfico 13).

Gráfico 13 – Evolução do número de estabelecimentos de produção de cacau – BR x PA (1986–2025)

5



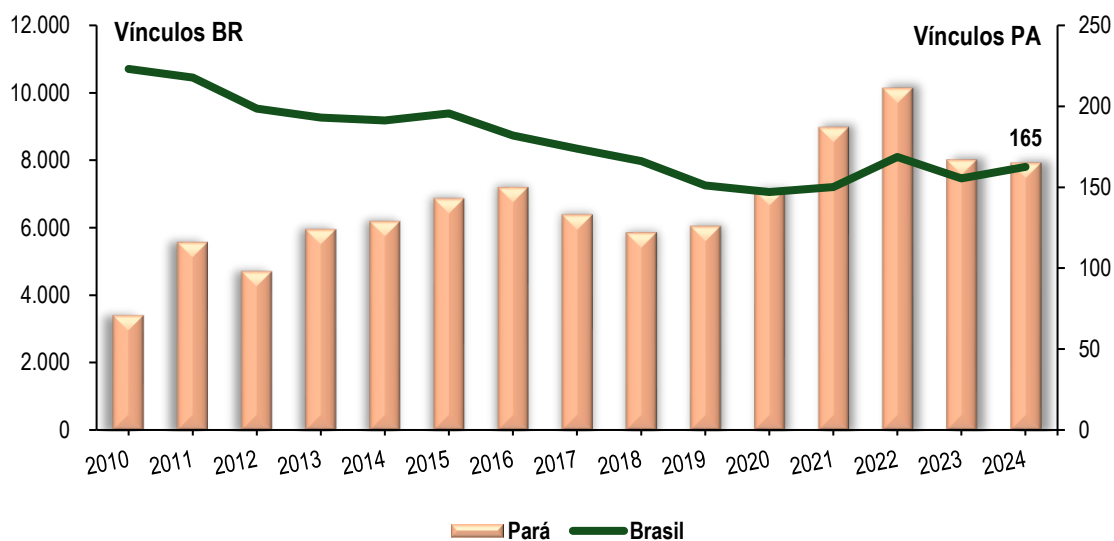
Fonte: Censos agropecuários IBGE (1996, 2006, 2017), 2026.
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2026.

⁵ Devido à ausência de dados disponíveis para os anos de 1986 e 2025, foram realizadas estimativas para estes dois anos. Metodologia de estimativa: regressão linear (Brasil) e regressão polinomial grau 2 (Pará). Código em Python, empregado na modelagem com o auxílio de inteligência artificial.

5.2 Mercado de trabalho

Quanto ao emprego formal, há dinâmicas distintas entre Brasil e Pará no período de 2010 a 2024. No Brasil, observa-se uma trajetória predominantemente decrescente entre 2010 e 2019, com redução contínua dos vínculos formais, seguida de relativa estabilidade e leve recuperação a partir de 2020, atingindo novo pico em 2022, recuando em 2023 e voltando a crescer em 2024. Já o Pará apresenta tendência geral de expansão no número de empregos formais ao longo do período, com crescimento consistente entre 2010 e 2016, pequena retração entre 2017 e 2019 e forte aceleração a partir de 2020, alcançando o maior patamar em 2022, mantendo níveis elevados até 2024. Assim, enquanto o Brasil apresenta oscilação, com perda acumulada no período e recuperação recente, o Pará demonstra maior dinamismo e expansão estrutural do emprego formal na produção de cacau (Gráfico 14).

Gráfico 14 – Evolução do número de empregos formais na produção de cacau – PA x BR (2010–2024)



Fonte: RAIS, 2026.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2026.

Nota: Com base no CNAE 2.0 Subclasse: Cultivo de Cacau.

A partir do multiplicador de emprego desenvolvido pela MIP FAPESPA (2017), observa-se que, em 2024, a cadeia produtiva do cultivo de cacau evidenciou forte predominância de empregos indiretos, tanto no Brasil quanto no Pará. No Brasil, dos 40.893 empregos totais, 33.089 são indiretos e 7.804 diretos, indicando que cerca de quatro em cada cinco postos estão ligados a atividades de apoio, logística, insumos e serviços associados, o que demonstra o relevante efeito multiplicador da cultura cacauzeira na economia. No Pará, dos 865 empregos totais, 700 são indiretos e 165 diretos, mantendo a lógica estrutural observada nacionalmente, com clara

concentração de vínculos fora da etapa estritamente produtiva. Comparativamente, embora o Pará tenha participação quantitativamente menor no total de empregos formais do país, o estado reproduz o padrão nacional de maior geração de postos indiretos, reforçando a importância da cadeia ampliada do cacau para a dinamização econômica regional (Tabela 7).

Tabela 7 – Empregos diretos e indiretos existentes na cadeia produtiva do cacau – Pará x BR (2024)

CNAE	Atividade	Brasil		Pará		Total de empregos	
		Diretos	Indiretos	Diretos	Indiretos	Brasil	Pará
0135-1/00	Cultivo de cacau	7.804	33.089	165	700	40.893	865

Fonte: RAIS, 2026.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2026.

6. Meio ambiente

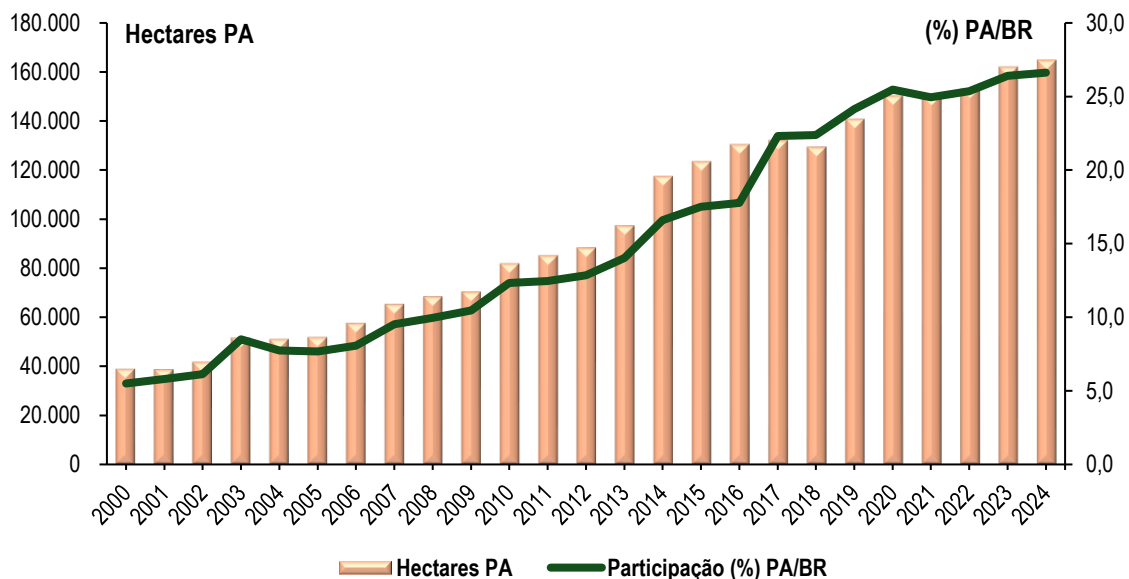
6.1 Reflorestamento

O reflorestamento de áreas antropizadas pela cultura do cacau é fundamental para recuperar a fertilidade do solo, proteger os recursos hídricos e ampliar a biodiversidade. Além disso, contribui para reduzir a erosão, melhorar o microclima e fortalecer a sustentabilidade da produção agrícola.

Entre 2000 e 2024, a área total reflorestada com a espécie cacau apresenta trajetória claramente ascendente, saindo de cerca de 38 mil hectares, no início da série, para aproximadamente 165 mil hectares em 2024, o que representa mais que a quadruplicação da área ao longo do período. O crescimento é relativamente moderado até meados dos anos 2000, ganha intensidade a partir de 2007 e se acelera de forma mais expressiva entre 2013 e 2017, quando há um salto consistente no total de hectares.

Após pequenas oscilações pontuais, como leve recuo por volta de 2018, a tendência volta a ser de expansão contínua até o final da série. Em paralelo, o percentual dessa área em relação ao total de cacau no Brasil também evolui de cerca de 6% em 2000 para algo próximo de 27% em 2024, indicando não apenas aumento absoluto da área reflorestada, mas também maior relevância relativa no contexto nacional. Assim, o período evidencia consolidação e fortalecimento progressivo do reflorestamento com Cacau, tanto em termos de escala quanto de participação no total brasileiro (Gráfico 15).

Gráfico 15 – Evolução da área total em hectares reforestada pela espécie cacau e seu percentual em relação ao total de área de cacau BR (2000–2024)

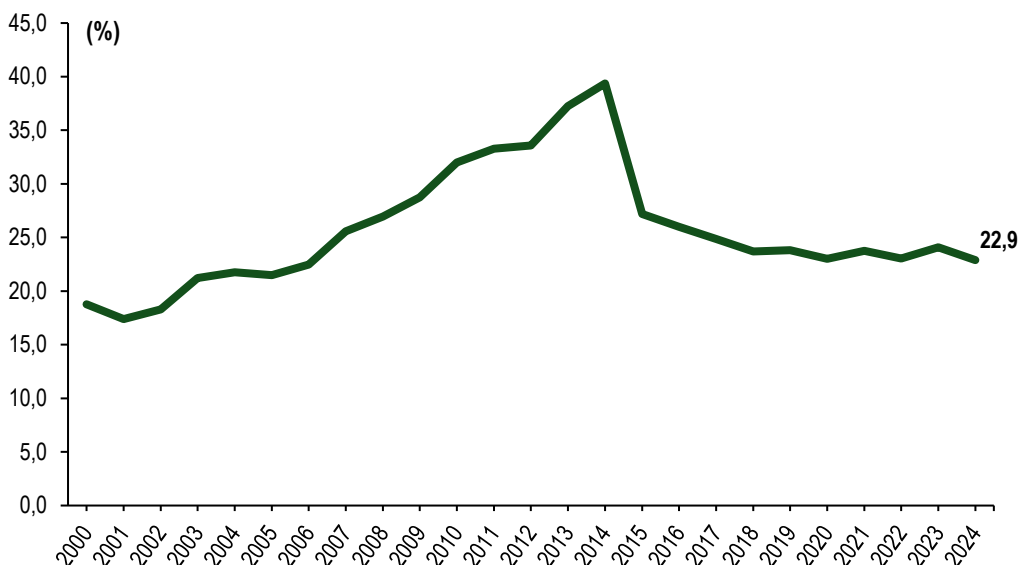


Fonte: PAM, 2026.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2026.

Entre 2000 e 2024, o percentual da área total reforestada com cacau em relação ao total destinado à lavoura permanente no Pará apresenta três movimentos bem definidos: crescimento, pico e posterior acomodação. No início da série, o indicador oscila em torno de 17% a 22% até meados dos anos 2000; a partir de 2007, inicia-se uma trajetória de expansão mais consistente, alcançando cerca de 32% em 2010 e atingindo o ponto máximo, próximo de 39%, em 2014, evidenciando forte ganho de participação do cacau no conjunto das lavouras permanentes do estado. Contudo, em 2015, ocorre uma queda abrupta para aproximadamente 27%, seguida de um movimento gradual de redução e estabilização em patamar mais baixo, variando entre 23% e 25% nos anos seguintes. Em 2024, o percentual encerra em 22,9%, indicando que, apesar de permanecer relevante, a participação relativa do cacau reforestado perdeu parte do espaço conquistado no auge da série, possivelmente em função da expansão de outras culturas permanentes ou da reconfiguração da estrutura produtiva estadual (Gráfico 16).

Gráfico 16 – Evolução do percentual de área total reflorestada pela espécie cacau em relação ao total destinado à lavoura permanente – Pará (2000–2024)



Fonte: PAM, 2026.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2026.

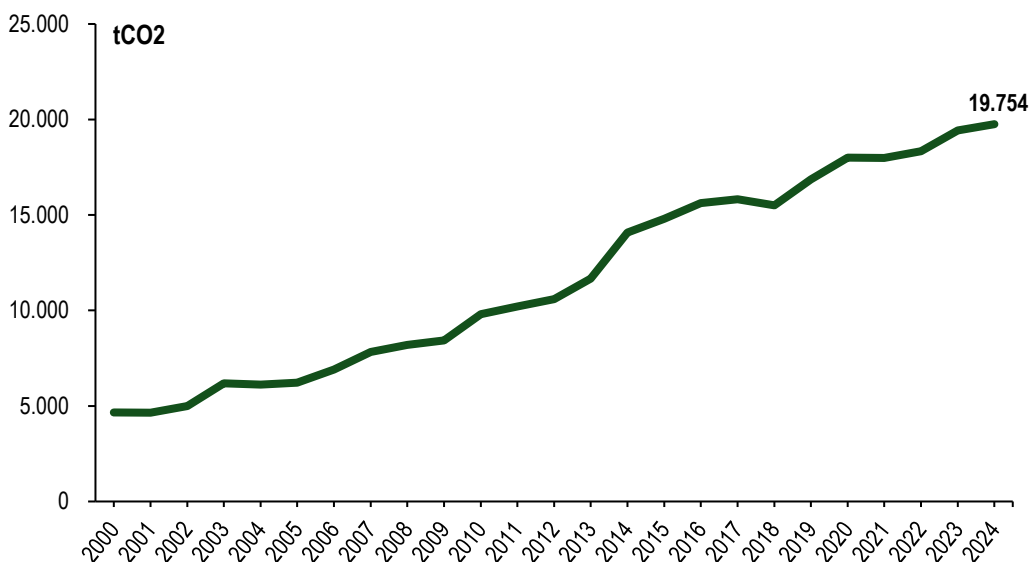
6.2 Sequestro de carbono (CO₂)

A captura de carbono por uma floresta de monocultura de cacau tem importância ambiental significativa, pois contribui para retirar dióxido de carbono da atmosfera e armazená-lo na biomassa vegetal e no solo. Esse processo ajuda a mitigar os efeitos das mudanças climáticas, além de favorecer a conservação do solo e a regulação do microclima local. Embora apresente menor diversidade ecológica que sistemas mais complexos, a monocultura de cacau ainda pode desempenhar papel relevante na sustentabilidade produtiva e ambiental.

No que se refere à quantidade total de CO₂ capturado pelo cacau cultivado em sistema de monocultura no Pará, entre 2000 e 2024, observa-se uma trajetória claramente crescente, passando de cerca de 4,6 mil toneladas de carbono (tCO₂) no início da série para, aproximadamente, 19,8 mil toneladas de CO₂ em 2024, o que representa mais que quadruplicação no período. O crescimento é gradual nos primeiros anos, com avanço mais consistente a partir de 2006, acompanhando a expansão da área cultivada. Entre 2013 e 2015, observa-se um salto mais expressivo, quando o volume capturado ultrapassa 14 mil toneladas, consolidando um novo patamar. Após leve oscilação em 2018, a trajetória volta a se intensificar, atingindo sucessivos recordes até o final da série. Em 2024, o indicador atinge seu maior valor histórico (19.754 tCO₂), evidenciando o fortalecimento do papel do cacau em monocultura no estado, como importante

componente de resfriamento do microclima, por meio do sequestro de carbono, com contribuição ambiental crescente ao longo das últimas duas décadas (Gráfico 17).

Gráfico 17 – Evolução da quantidade total de toneladas de CO₂ capturado pelo cacau cultivado – Pará (2000–2024)⁶



Fonte: PAM, 2026.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2026.

7. Modelagem: concentração espacial e especialização produtiva do cacau

Esta seção apresenta um exercício aplicado de econometria espacial, com a finalidade de identificar e analisar os municípios paraenses com especialização produtiva no cultivo do cacau, a partir dos níveis de concentração espacial da atividade no território estadual.

Por especialização produtiva no meio agropecuário compreende-se o avanço da agricultura científica e da integração aos circuitos do agronegócio, associado à incorporação de sistemas técnicos, organizacionais e tecnológicos que ampliam a intensidade produtiva, a escala econômica e a geração de valor no território⁷.

Para mensurar os níveis de especialização produtiva do cacau nos municípios paraenses, adota-se uma proposição metodológica adaptada daquela desenvolvida pela Agência de

⁶ Os dados de captura de CO₂ por 1 hectare de cacau cultivado foram estimados com base em estudos de SOMARRIBA et al., 2013, NIJEGORODTSEV et al., 2023 e IPCC, 2006.

⁷ Castillo & Frederico (2010).

Desenvolvimento da Amazônia (ADA, 2004), órgão que, em 2007, foi transformado em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)⁸. A metodologia foi ajustada de modo a adequar o enfoque da análise de concentração espacial às especificidades da estrutura produtiva e da dinâmica econômica do estado do Pará.

7.1 Metodologia

Para o recorte espacial dos municípios com especialização produtiva no cacau, estimou-se o Índice de Concentração Normalizado (ICN), calculado a partir de três indicadores de concentração: Quociente Locacional (QL), Índice de Hirschman-Herfindahl (IHH) e Índice de Participação Relativa (PR), combinados por meio de técnica multivariada de Análise dos Componentes Principais (ACP).

7.1.1 Quociente Locacional (QL): possui a capacidade de identificar se um município j em particular, é especializado em determinada atividade ou setor específico i , podendo ser mensurado a partir da seguinte estrutura funcional algébrica:

$$QL_{ij} = \left[\frac{VBP_{ij}/VBP_j}{VBP_{iee}/VBP_{ee}} \right]$$

Onde:

VBP_{ij} = denota o valor bruto da produção da atividade agrícola i (no caso, o açaí), no município em estudo j ;

VBP_j = denota o somatório do valor bruto da produção de todas as atividades agrícolas (lavouras permanentes e temporárias) existentes na economia do município j ;

VBP_{iee} = denota o valor bruto da produção da atividade i em toda economia do estado analisado ee (no caso, o estado do Pará);

VBP_{PA} = denota o somatório do valor bruto da produção de todas as atividades agrícolas existentes na economia do estado ee .

Para o contexto deste estudo, quanto maior for o valor do indicador ($QL > 1$), mais concentrada estará a atividade i (dendê) no município j .

⁸ Lei Complementar N°124, de 3 de janeiro de 2007.

7.1.2 Índice de Concentração de Hirschman-Herfindahl (IHH): tem a capacidade de apreender o peso da atividade i no âmbito da estrutura produtiva do município j e pode ser mensurado a partir da seguinte estrutura funcional algébrica:

$$IHH_{ij} = \left[\frac{VBP_{ij}}{VBP_{iee}} \right] - \left[\frac{VBP_j}{VBP_{ee}} \right]$$

Para o contexto deste estudo, quanto maior que zero estiver o indicador ($IHH > 0$) mais concentrada estará a atividade i (dendê) no município j e, portanto, com maior poder de atratividade econômica, dada sua acentuada especialização.

7.1.3 Índice de Participação Relativa (PR): assim como o IHH, possui a capacidade de captar a relevância da atividade i no âmbito da estrutura produtiva do município j e pode ser mensurado a partir da seguinte estrutura funcional algébrica:

$$PR_{ij} = \left[\frac{VBP_{ij}}{VBP_{iee}} \right]$$

7.1.4 Índice de Concentração Normalizado (ICN): este índice é construído a partir da ponderação funcional dos três indicadores anteriormente descritos e denotado pela seguinte estrutura algébrica:

$$ICN_{ij} = \pi_1 QL_{ij} + \pi_2 IHH_{ij} + \pi_3 PR_{ij}$$

Em que os π denotam os coeficientes técnicos (pesos) de cada um dos indicadores e foram obtidos a partir do método multivariado de Análise dos Componentes Principais (ACP), cuja obtenção pode ser verificada em detalhes em ADA (2004).

7.1.5 Base de dados utilizada

Os dados utilizados neste exercício correspondem ao Valor Bruto da Produção (VBP) das lavouras permanentes e temporárias do estado do Pará e de seus municípios, extraídos da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para os anos de 2015 e 2024.

Optou-se pela utilização do VBP como variável de referência para a mensuração da especialização produtiva, por representar, de forma mais abrangente, a dimensão econômica da atividade no território municipal.

7.1.6 Recorte espacial

Diferentemente da metodologia original da ADA (2004), o presente exercício considera como universo de comparação exclusivamente a economia do estado do Pará, evitando distorções associadas a outras unidades da região amazônica com estruturas produtivas diferenciadas.

Adicionalmente, foram incluídos na amostra apenas os municípios que apresentaram VBP do cacau acima da média estadual em 2024, isto é, municípios com VBP superior a R\$ 54,0 milhões. Esse critério permitiu concentrar a análise nos polos efetivamente relevantes na geração de valor da atividade.

Em 2024, o VBP total do cacau no Pará alcançou R\$ 7,7 bilhões. A média municipal foi de R\$ 54 milhões. Considerando esse parâmetro, 16 municípios apresentaram VBP acima da média estadual, concentrando R\$ 7,3 bilhões, o que corresponde a 94,8% do valor total gerado no estado.

Entre os municípios com maior VBP, destacam-se Medicilândia, com R\$ 2,4 bilhões (31,1% do total estadual); Uruará, com R\$ 1,1 bilhão (14,2%); e Placas, com R\$ 665,6 milhões (8,6%). Na sequência, figuram Anapu (6,7%), Novo Repartimento (4,5%) e Altamira (4,4%), consolidando um eixo produtivo de elevada relevância econômica.

Por outro lado, o conjunto dos municípios abaixo da média respondeu por apenas R\$ 403,5 milhões, equivalente a 5,2% do VBP estadual. Esse padrão revela forte assimetria territorial, com elevada centralização do valor gerado em número restrito de municípios (Tabela 8).

Tabela 8 – Lista dos municípios com VBP do cacau acima da média, Pará (2024)

Ordem	PA e município	VBP (R\$ milhões)	Part. (%)
	Pará	7.716,8	100,0
1º	Medicilândia	2.401,4	31,1
2º	Uruará	1.095,4	14,2
3º	Placas	665,6	8,6
4º	Anapu	518,0	6,7
5º	Novo Repartimento	345,0	4,5
6º	Altamira	339,0	4,4
7º	Tucumã	303,1	3,9
8º	Brasil Novo	291,8	3,8

9º	Pacajá	290,0	3,8
10º	Senador José Porfírio	277,2	3,6
11º	São Félix do Xingu	201,6	2,6
12º	Vitória do Xingu	161,7	2,1
13º	Tomé-Açu	150,6	2,0
14º	Rurópolis	121,0	1,6
15º	Cametá	96,0	1,2
16º	Ourilândia do Norte	56,0	0,7
-	Municípios abaixo da média	403,5	5,2
-	Média	54,0	-

Fonte: PAM/IBGE, 2026.

Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2026.

7.2 Mensuração da concentração espacial do cacau no Pará.

A mensuração da concentração espacial foi realizada por meio do Índice de Concentração Normalizado (ICN), calculado exclusivamente para os 16 municípios com VBP acima da média estadual em 2024.

A média do ICN apresentou redução significativa entre 2015 e 2024, passando de 158,1 para 66,1 pontos, o que representa variação de -92,1 pontos. Esse movimento indica diminuição do grau médio de concentração entre os principais polos produtivos ao longo do período, sugerindo tendência de relativa desconcentração interna.

No ranking individual, observa-se que Medicilândia apresentou ICN de 352,1 em 2015 e 91,9 pontos em 2024, registrando redução de 260,2 pontos. Tucumã passou de 309,0 para 78,8 pontos (redução de -230,2), enquanto Anapu reduziu de 268,3 para 84,5 pontos (redução de -183,8) e Brasil Novo, de 271,8 para 82,3 pontos (redução de -189,4). Esses resultados indicam perda relativa de intensidade de concentração nos polos historicamente mais elevados.

Em sentido oposto, Novo Repartimento apresentou aumento de 63,8 para 87,9 pontos, com variação positiva de 24,1 pontos, e Rurópolis passou de 36,9 para 47,7 pontos, com elevação de 10,7 pontos. Esses movimentos sinalizam fortalecimento relativo da especialização nesses municípios, indicando reconfiguração interna da estrutura territorial da produção (Tabela 9).

Tabela 9 – Ranking da concentração espacial do cacau, Pará (2015 e 2024)

Ordem	Município	ICN_2015	ICN_2024	Var. (Pontos) 2015/2024
1º	Medicilândia	352,1	91,9	-260,2
2º	Uruará	236,8	90,8	-146,0
3º	Novo Repartimento	63,8	87,9	24,1
4º	Anapu	268,3	84,5	-183,8
5º	Brasil Novo	271,8	82,3	-189,4
6º	Senador José Porfírio	117,4	81,0	-36,4
7º	Placas	161,3	80,5	-80,8
8º	Tucumã	309,0	78,8	-230,2
9º	Ourilândia do Norte	93,6	76,6	-17,0
10º	Vitória do Xingu	225,2	70,0	-155,2
11º	Pacajá	128,1	64,7	-63,5
12º	Altamira	133,5	57,1	-76,4
13º	Rurópolis	36,9	47,7	10,7
14º	São Félix do Xingu	69,3	39,5	-29,8
15º	Tomé-Açu	49,6	15,0	-34,6
16º	Cametá	13,4	9,0	-4,4
-	Média	158,1	66,1	-92,1

Fonte: CEEAC/FAPESPA a partir de dados da PAM/IBGE, 2026.
Elaboração: CEEAC/FAPESPA, 2026.

Em síntese, a produção de cacau no Pará apresenta elevada concentração espacial, com 94,8% do VBP concentrados em 16 municípios acima da média estadual. Embora esses polos mantenham forte especialização produtiva, a redução do ICN médio, de 158,1 em 2015 para 66,1 pontos em 2024, indica tendência de desconcentração relativa entre os principais municípios. A estrutura territorial combina expressiva centralização econômica com sinais de redistribuição interna da intensidade produtiva, evidenciando dinâmica espacial em processo de reconfiguração.

8. Conclusões

Em síntese, a análise da cadeia do cacau no Pará evidencia um processo de fortalecimento estrutural da atividade, marcado pela ampliação da participação estadual na produção e no valor gerado no contexto nacional. O estado consolidou-se como principal referência da cacauicultura brasileira, combinando expansão produtiva, ganhos de produtividade,

aumento da relevância econômica e crescente inserção nos fluxos comerciais. Mesmo em um cenário de oscilações no volume físico produzido, a elevação expressiva do valor da produção, impulsionada sobretudo pelo choque internacional de preços, reforçou a centralidade do Pará na dinâmica recente do setor.

Além do desempenho produtivo, observa-se que a atividade passou a contar com uma base de financiamento mais robusta, com crescimento expressivo do crédito rural e maior participação dos investimentos, sinalizando fortalecimento da capacidade produtiva. No campo da comercialização externa, o Pará ampliou sua presença relativa nas exportações brasileiras de cacau bruto, ainda que permaneça exposto à elevada concentração dos mercados de destino. Em paralelo, a cadeia mostrou capacidade de dinamizar a economia regional, por meio da manutenção de empreendimentos, da expansão do emprego formal e do forte efeito multiplicador associado aos vínculos indiretos.

Do ponto de vista ambiental, o avanço do reflorestamento com cacau e a ampliação da captura de carbono indicam que a cultura também possui relevância estratégica na agenda da sustentabilidade. Por fim, a modelagem espacial revelou elevada concentração do valor da produção em poucos municípios, embora com sinais recentes de desconcentração relativa entre os principais polos. Assim, o cacau paraense afirma-se como atividade estratégica para o desenvolvimento regional, articulando geração de renda, dinamismo territorial e contribuição ambiental em uma mesma base produtiva.

Referências

ADA - Agência de Desenvolvimento da Amazônia. **Arranjos Produtivos Locais na Amazônia: Metodologia para Identificação e Mapeamento**. In: SANTANA, A. C. Belém: ADA, 2004.

BACEN - Banco Central do Brasil. **Matriz de Crédito Rural**. Brasília: BACEN, 2025. Disponível em: < <https://www.bcb.gov.br/>. Acesso em: 20 fev. 2026.

CASTILLO, R. A. & FREDERICO, S. **Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo**. Sociedade & Natureza, v. 22, n. 3, p. 461 – 474. 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro: PAM, 2026. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em: 19 fev. 2026.

ICCO - International Cocoa Organization. **Annual Report 2023/2024**. London: ICCO, 2024. Disponível em: <https://www.icco.org>. Acesso em: 27 fev. 2026.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agropecuário 1996/2006/2017**. < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos> >. Acesso em 20/02/2026.

IPCC. 2006. **IPCC Guidelines for National Greenhouse Gas Inventories**. Hayama: Institute for Global Environmental Strategies (IGES), 2006.

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). < <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>>. Acesso em 23/02/2026.

NIJEGORODTSEV, T. M. et al. **Carbon stocks and footprints of smallholder cacao systems in Polewali Mandar, Indonesia**. *Frontiers in Environmental Science*, v. 11, 2023.

Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS). <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/inicial.php> . Acesso em 24/02/2026.

SOMARRIBA, E. et al. **Carbon stocks and cocoa yields in agroforestry systems of Central America**. *Agriculture, Ecosystems & Environment*, v. 173, p. 46–57, 2013.